Short analysis and translation of «Die Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache» by Rudolf Carnap

GILSON OLEGARIO DA SILVA

ABSTRACT

This article offers a translation into Portuguese of «Overcoming Metaphysics Through Logical Analysis of Language». It is one of the best–known and most controversial texts of logical positivism. Carnap brings together the arsenal of logical analysis of language to analyze the apparent excesses of metaphysics, concluding that it is composed by pseudo–sentences.

WORK TYPE

Article

ARTICLE HISTORY

Received:
1–June–2019
Accepted:
22–June–2019

ARTICLE LANGUAGE

Portuguese

KEYWORDS

Overcoming
Metaphysics
Heidegger
Carnap
Language

© Studia Humanitatis – Universidad de Salamanca 2019

G. Olegario da Silva (✉)
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
e–mail: gilsonolegario@gmail.com

Disputatio. Philosophical Research Bulletin
Vol. 8, No. 11, Dec. 2019, pp. 1–33
ISSN: 2254–0601 | www.disputatio.eu

© The author(s) 2019. This work, published by Disputatio [www.disputatio.eu], is an Open Access article distributed under the terms of the *Creative Commons License* [BY–NC–ND]. The copy, distribution and public communication of this work will be according to the copyright notice (https://disputatio.eu/info/copyright/). For inquiries and permissions, please email: (✉) boletin@disputatio.eu.

Breve análise e tradução de «Die Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache» de Rudolf Carnap

GILSON OLEGARIO DA SILVA

As traduções para o português de textos de positivistas lógicos proliferaram nos últimos anos. Algum terreno já tinha sido coberto. A coleção «História das Grandes Ideias do Mundo Ocidental» — mais conhecida no Brasil como «Coleção dos Pensadores» — disponibilizou várias traduções de Carnap em 1975, n° 44.[1] Dispúnhamos então de «Pseudoproblemas na filosofia» (1928); «Testabilidade e significado» (1936/37); «Empirismo, semântica e ontologia» (1950); «Significado e sinonímia nas linguagens naturais» (1955) e «O conceito metodológico dos conceitos teóricos» (1956). O «Manifesto» foi traduzido em 1986.[2,3] Um leitor de língua portuguesa, interessado nas opiniões positivistas, estaria de posse de uma amostra razoável, tendo Carnap —como tradicionalmente foi— seu divulgador. Apesar de tamanha disponibilidade, mesmo que reconhecido pelo nome, os problemas que os positivistas lógicos se ocuparam ainda permanecem razoavelmente desconhecidos do público geral, e até mesmo daquele especializado.

Dentre os artigos clássicos de Carnap, portanto, faltavam poucos a serem traduzidos. Era o caso de «Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache», publicado originalmente em 1932 na revista *Erkenntnis*.[4] A

1 Moritz Schlick, Rudolf Carnap e Karl Popper. 1975. *Coletânea de textos / Moritz Schlick, Rudolf Carnap*. São Paulo: Abril Cultural. A primeira edição em conjunto com textos de Popper e Schlick, a segunda e terceira apenas com este último.

2 Otto Neurath Hans Hahn Rudolf Carnap. 1986. «A Concepção científica do mundo – O Círculo de Viena». *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 10. Tradução de Almeida Fleck.

3 Publiquei «Da epistemologia à logica da ciência». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 1:1 (2012), pp. 131–135. E a tradução da resposta de Carnap à Quine presente no volume Schilpp: Carnap, Rudolf. «W. V. Quine sobre a Verdade Lógica». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 5:6 (2016), pp. 445–455.

4 Rudolf Carnap. 1932. «Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache». *Erkenntnis*

tradução de «Superação da Metafísica pela análise lógica da linguagem» (oferecida aqui) foi concluída em 2007 (melhorada de uma versão antiga, mimeografada, de A. P. Filho, em 1981) e circulava no corredor da Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria – RS. Foi revisada e reestruturada em 2009 por observação ao texto original em alemão —o que significou, propriamente, uma nova tradução. Teve uma breve circulação na internet, mas nunca tinha sido propriamente publicada. Nesse intercurso publicou–se uma tradução da versão em inglês por William Steinle em 2009; e mais recentemente, uma outra por Antonio Ianni Segatto em 2016. Ignorantes, talvez (como eu, até pouco), da existência de uma antiga tradução de 1945, nos n.os 942 e 943 da revista portuguesa Seara Nova (acompanhadas de «A linguagem física como linguagem universal da Ciência» n.os 947 e 948). Essa tradução anônima está, de fato, relacionada entre as traduções no volume Schilpp dedicado aos trabalhos de Carnap[5], mas era de difícil acesso e não estava disponível para consulta online.

§1. Tanto monta…

«Superação» é a tentativa de Carnap de resolver o «problema da metafísica». Qual seja: que é de 'pouca monta'. 'Monta', na língua portuguesa, serve para expressar a quantidade [montante], valor ou importância de algo. No sul do Brasil, pode–se dizer 'de pouca monta' quando um cavalo não serve para montaria. Uma outra expressão, levemente modificada ['tanto monta'], tem uma história mais antiga: serviu como lema pessoal e escudo de armas de Fernando II de Aragão, inspirado na lenda do 'Nó Górdio': ao chegar em um templo da capital do reino de Frígia, Górdio, Alexandre Magno encontrou uma canga atada com um nó intrincado e sobre a qual dizia–se que aquele que fosse bem sucedido em desatá–la tornar–se–ia rei da Ásia. Alexandre teria desembainhado a espada e cortado o nó, dizendo: «tanto monta, cortar ou desatar». O mesmo à metafísica, diriam os positivistas lógicos. Em vez de desatar seus nós, a análise lógica da linguagem, implementada no texto, cumpriria a função: *Tanto monta...*, cortar ou desatar.

«Diriam» serve aqui também para destacar que, como afirmou Alan Richardson, ninguém é mais positivista lógico no século XX; muito embora, caso ainda estivéssemos nos 50, alguns textos atuais poderiam ser facilmente

2:219–241.

5 Rudolf Carnap. 1963. *The Philosophy of Rudolf Carnap*. Ed. por Paul Arthur Schilpp. The Library of Living Philosophers. Chicago, Illinois: Open Court.

classificados como trabalhos positivistas (ou empiristas) lógicos.[6] O interesse pelo positivismo lógico nunca desapareceu completamente, e isso pode ser notado pelas diversas referências a eles em artigos contemporâneos de filosofia. Sobretudo nos últimos anos, há um interesse crescente e uma tentativa de renovação da imagem disseminada de que o projeto positivista foi completamente fracassado. Esse renovado —e insistente— interesse nas obras positivistas sugere que talvez a avaliação e o anúncio da sua morte tenham sido demasiado prematuros, ou, ao menos, desproporcional.

A apresentação de um artigo clássico de Carnap não é uma tarefa simples, mesmo que a clareza das formulações do autor auxilie na tarefa. O título do artigo [«Superação da metafísica pela análise lógica da linguagem»] já é bastante descritivo, quase autoexplicativo. A esperança do positivismo nessa fase combativa[7] era a de que a metafísica, por não cumprir com a exigência de «redução dos conceitos à experiência», seria demonstrada como um empreendimento vazio e que, como tal, deveria ser superada.

Para os positivistas, a metafísica era um tipo de ocupação perigosa. Ela assumia a tarefa de solucionar os grandes —e mais antigos— problemas da filosofia, mas entregava, ao final, soluções insatisfatórias; introduzidas em meio a «sistemas filosóficos» tão ou mais complexos que aqueles problemas aos quais propunha resolver: «o topo da filosofia, o topo do topo da ciência» («Sobre Deus e Alma», p. 1). O positivismo reagiu à disparidade entre essa pretensão e o produto final de um modo mais radical que os antimetafísicos anteriores, não mais as recusando como falsas, mas como sem–sentido («Superação», p. 2; «Sobre Deus e Alma», p. 1).

O «Superação» é, nesse sentido, um artigo programático. Esboçando parte desse trabalho de inspeção e, caso bem–sucedido, dando um passo a mais na retirada do maiúsculo da {M}etafísica.[8] Resgatados de perseguir as promessas da

6 «No século XXI, ninguém é um empirista lógico […] mais do que alguns filósofos cujos trabalhos se assemelham de maneira importante ao trabalho dos empiristas lógicos, de fato, cujos trabalhos, se tivessem sido feitos nos anos 50, seriam trabalhos empiristas lógicos» (Richardson 2007, 346).

7 É comum identificar na fase inicial do positivismo lógico, ainda concentrada em delimitar–se como um programa, uma preocupação maior em contrastar–se tanto com a herança do positivismo clássico, mas também com as escolas metafísicas que possuíam grande influência e reconhecimento na época. Mais tarde, a preocupação com problemas endógenos e mesmo em função da dispersão dos membros do Círculo — grande parte em função das perseguições realizadas antes da segunda guerra — o positivismo lógico refreou esse ímpeto inicial de combatividade.

8 'M!', simples e direta condenação, foi sugerida a Neurath, como substituição de «metafísica», enquanto lia–se, linha por linha, o *Tractatus* de Wittgenstein. Neurath logo substitui por «não–M», para reduzir a quantidade de interrupções (cf. Persson 2017, 5).

metafísica, os filósofos estariam livres para desenvolver uma filosofia mais próxima ao espírito das ciências naturais e inspirados nas suas qualidades: uma filosofia científica. Esse programa envolvia uma dupla tarefa, e tinha como objetivo produzir dois principais resultados: o positivo, que envolvia a explicitação da conexão lógico–formal e epistemológica entre os conceitos do domínio da ciência empírica; e o negativo na demonstração de que a metafísica seria composta majoritariamente por pseudosentenças («Superação», p. 2).

A possibilidade de superação da metafísica direciona, portanto, uma proposta positiva de transformação da tarefa da filosofia. Não mais ocupada em fundar sistemas grandiosos, mas —como dando 'um passo atrás'— em esclarecer a linguagem e diagnosticar se os problemas apresentados em tal linguagem seriam, antes de mais nada, solucionáveis. Tal procedimento, contudo, não é inócuo em relação às suas consequências coercitivas. Muito do que era considerado filosofia deveria ser excluído do domínio. Em vista da vinculação tradicional com teorizações metafísicas, sugeriu–se inclusive recusar o próprio termo «filosofia» como descritivo da tarefa realizada pelos positivistas:

> não damos nenhuma resposta às questões filosóficas, em vez disso, *rejeitamos todas as questões filosóficas*, sejam da Metafísica, Ética ou Epistemologia. Nossa preocupação é a *Análise Lógica*. Se essa ocupação deva ainda ser chamada Filosofia, que assim seja; mas isso envolve excluir de consideração todos os problemas tradicionais da Filosofia (Carnap 1931, 21,22)

O ataque de Carnap à metafísica pretendia–se bastante destrutivo, não apontava apenas à incognoscibilidade[9] ou falsidade das afirmações metafísicas, mas à sua completa falta de sentido. Essa acusação de falta de sentido e a consequente restrição do domínio da filosofia produziu, como era esperado, muitas reações negativas.

O que se pretendia com o diagnóstico de «falta de sentido» era qualificar a falta de sentido *cognitivo* da metafísica: ou seja, a metafísica não era privada da capacidade de produzir efeitos psicológicos motivadores, ou mesmo prover boas imagens mentais. *Apenas* que a metafísica falhava em produzir qualquer conteúdo declarativo. Essa reserva já tinha, de fato, sido incluída na seção 7 do «Superação», mas, provavelmente em função das reações negativas, é reiterada por Carnap nos comentários adicionados em 1957 (que, por essa relevância,

[9] «nem um deus e nem um diabo pode nos dar conhecimento metafísico» («Superação», p. 23)

foram incluídos também nesta tradução —mesmo que não constem na primeira versão).[10]

Carnap, e os positivistas afins, reconhecem que no uso cotidiano da linguagem, as palavras são sempre acompanhadas de imagens e sentimentos; e ainda que esse seja um fato relevante para, por exemplo, ser objeto de estudo da pragmática da linguagem;[11] No entanto, preocupados com uma teoria do conhecimento que valoriza primariamente o significado informativo dos conceitos, a presença da conotação pictórica das palavras, ou seja, as imagens e sentimentos que acompanham seu uso, é logicamente irrelevante para o conteúdo declarativo das sentenças e não podem, portanto, substituir o papel das definições como aquilo que provê significado cognitivo a elas. A definição de um termo, a afirmação do seu sentido, é equivalente a uma regra sintático–semântica que governa seu emprego (cf. Feigl 1943, 8). O significado das palavras consiste na forma como elas são usadas, como são conectadas entre si e como são, finalmente, relacionadas à experiência.[12]

A falha na capacidade de apresentar a redução dos termos àquilo que é experienciável é a ferramenta disposta no texto para rejeitar a metafísica como disciplina adequada para produzir conhecimento. O requerimento de redução dos conceitos à experiência [em «Sobre Deus e Alma», Carnap o chama de «requerimento "positivista"» e menciona sua introdução por Hume, e seu desenvolvimento por Mach] é também aplicado aos conceitos da ciência, mas, principalmente, aos da metafísica. Como empiristas, requeriam que a linguagem da ciência fosse restringida em certo grau: a admissão dos predicados descritivos e das sentenças sintéticas era restrita à possibilidade de demonstrar a sua conexão com a observação (cf. Carnap 1936, 33). O desenvolvimento dos detalhes desse requerimento de modo a que, de um lado, desse conta de excluir a metafísica, e,

[10] De fato, Carnap repete em Carnap (1963, 45): «Essa formulação causou muita oposição desnecessária, mesmo entre alguns desses filósofos que basicamente concordaram conosco. Só mais tarde vimos que era importante distinguir os vários componentes de significado e, portanto, dizer de maneira mais precisa que tais teses carecem de significado cognitivo ou teórico. Eles geralmente têm outros componentes de significado, por exemplo, emotivos e motivacionais.»

[11] O uso cotidiano da linguagem é visto pelos positivistas como uma combinação de várias funções. A análise lógica seria responsável por realizar uma separação teórica entre elas. Dividindo–se, conforme os graus de abstrações, em «pragmática», «semântica» e «sintaxe». Essa separação teórica é resultante de uma necessidade prática com vistas a evitar confusões e esclarecer o emprego da linguagem, principalmente para a solução de problemas filosóficos.

[12] «O que dá significado teórico para uma afirmação não são as imagens e pensamentos que a acompanham, mas a possibilidade de deduzir a partir dela proposições perceptivas, em outras palavras, a possibilidade de verificação.» (Carnap 1935, 14)

por outro, não excluísse também as partes mais abstratas da ciência, ocupou Carnap por toda sua carreira.[13] As complicações em esclarecer tal critério de modo adequado levou a um significativo enfraquecimento da atitude de rejeição *tout court* da metafísica. Esse movimento de enfraquecimento pode ser percebido, por exemplo, na resposta de Carnap a Charles Morris:

> Em períodos anteriores, às vezes, fiz tentativas de explicar o termo 'filosofia'. O domínio desses problemas que propus chamar de 'filosóficos' tornou–se passo a passo mais abrangente, como Morris indicou. No entanto, nenhuma das minhas tentativas me pareceu totalmente satisfatórias, mesmo quando as propus; e não gostava muito mais das explicações propostas por outros. Finalmente, desisti da procura. Concordo com Morris que é insensato tentar tal explicação porque cada uma delas é mais ou menos artificial. Parece melhor deixar o termo 'filosofia' sem linhas de fronteira rígidas e apenas propor a inclusão ou exclusão de certos tipos de problemas (Carnap 1963, 862)

Por mais que não fosse o único, muito menos o principal, objetivo aos quais os positivistas dedicaram–se,[14] a imagem de detrator da metafísica permaneceu vinculada ao movimento e é a característica pela qual é, ainda hoje, imediatamente identificado. Essa vinculação não é gratuita, como bem avaliou Feigl (1943), mas sim reflexo da radicalidade da atitude combativa inicial, que, como avaliamos, ganha expressão em «Superação».

> Um movimento jovem e agressivo em seu zelo por purgar o pensamento de confusões e entidades supérfluas naturalmente brande armas mais destrutivas do que requer para seu esforço genuinamente construtivo. Mas esse é um acidente sócio–psicológico que com o tempo irá tornar–se menos importante. O futuro do empirismo dependerá de sua capacidade de evitar tanto as falácias redutivas de um positivismo de pensamento limitado [narrow–minded] —estigmatizado como negativismo— quanto as falácias sedutoras da metafísica. (Feigl 1943, 4)

Por certo que a recepção positivista foi controversa, mais que isso, foi vivamente repudiada.[15] Expurgada da magia promovida pela metafísica, pensava–se, e

[13] O respeito estrito ao critério de verificação, por exemplo, acaba por excluir as leis (e termos) teóricas visto que não é exatamente claro como estas poderiam ser completamente reduzidas à observação.

[14] A tarefa negativa deveria ser um prefácio para o estabelecimento da tarefa positiva. Em Carnap (1963, 21) ele reafirma que «havia concordância entre a maioria dos membros em rejeitar a metafísica tradicional. No entanto, muito pouco tempo foi desperdiçado na polêmica contra a metafísica».

[15] «No mundo intelectual mais amplo, entretanto, a reação contra o "positivismo lógico" é ainda mais pronunciada. Apesar do interesse histórico recente no movimento, ele ainda é considerado com um desdém quase universal. Ele funciona como uma espécie de "outro" nas ciências humanas e sociais,

substituída pela construção de um mundo baseado na lógica e na observação, produziríamos um mundo pouco atrativo e um tipo de filosofia tão sóbria ao ponto de tornar–se demasiado empobrecida. A perspectiva positivista era, ao contrário, que o reconhecimento dessa sobriedade livraria a filosofia de perder–se em teorizações estéreis que bloqueariam o seu progresso. Essas duas perspectivas claramente encaminharam–se a uma colisão e deram o tom das disputas do início do séc. XX em diante.[16] A avaliação de quem saiu vitorioso e, principalmente, de como as consequências dessas disputas ainda influenciam os debates contemporâneos é um terreno fértil de investigação. É relevante, portanto, inteirar–se delas e, preferencialmente, com os textos originais.

Bem como à época, o leitor atento não passará incólume pelo texto, e certamente reagirá; talvez em discordância. Contudo, a possibilidade dessa discordância é, certamente, um privilégio providenciado pela clareza do autor.

§2. Notas da tradução

No primeiro rascunho desta tradução tinha–se optado por traduzir «*Satz*» por «proposição», e, consequentemente, «*Scheinsätze*» por «pseudoproposição». As outras traduções disponíveis para o português também fizeram essa opção. «Proposição», contudo, contemporaneamente, possui a ambiguidade de ser entendida também por aquilo que a frase (ou sentença) expressa. Não é completamente claro se isso estaria de acordo com o uso feito por Carnap (de fato, é precisamente nesse contexto sobre o compromisso com entidades abstratas que ele reconhece que seu próprio vocabulário era alternante (cf. Carnap 1963, 17).) De modo a evitar essa ambiguidade, é possível escolher entre «frase» ou «sentença». Esta última, por sua vez, traria a ambiguidade com a sua utilização no âmbito jurídico. No presente contexto, contudo, – visto que não há nenhuma utilização que diga respeito ao âmbito jurídico – foi possível optar por «sentença», no lugar de «frase». A opção por «pseudosentença» está de acordo com alguns dos usos futuros de Carnap, quando este escreve diretamente em inglês. Em Carnap (1963, 45), por exemplo: «*I came to hold the view that many theses of traditional metaphysics are not only useless, but even devoid of cognitive content. They are pseudo–sentences, that is to say, they seem to make assertions because they have the grammatical form of declarative sentences, and the words occurring in them have many strong and emotionally loaded associations, while in fact they do not make any assertions,*

contra o qual a posição de quase qualquer um pode ser identificada ou definida» (Carus 2007, 6).

16 «Os *tough–minded* e os *tender–minded* [...] são tipos perenes, perenemente antagônicos.» (Feigl 1943, 3)

do not express any propositions, and are therefore neither true nor false.» Em algumas outras ocasiões, Carnap também utiliza «pseudo–statement» (pseudo–enunciado, pseudo–proposição): «*Definition. We say that an expression A is a pseudo–statement if A is devoid of cognitive meaning, but has the grammatical form of a declarative sentence and may therefore lead to psychological effects which are similar to those of a genuine statement*» (Carnap 1963, 874). De forma que o problema aqui é apenas o de resguardar que ele pode não estar usando «proposição» como se isso o comprometesse imediatamente com alguma entidade abstrata independente de uma linguagem. Essa preocupação, e a permissão do uso de entidades abstratas, será discutida com maiores detalhes em «*Empiricism, Semantics and Ontology*» e em *Meaning and Necessity*, p. 44: «*In my view, however, the accusation of an absolutist metaphysics or of illegitimate hypostatizations with respect to a certain kind of entities, say propositions, cannot be made against an author, merely on the basis of the fact that he uses variables of the type in question (e.g., "p", etc.) and the corresponding universal word ("proposition"); it must be based, instead, on an analysis of the statements or pseudo–statements which he makes with the help of those signs.*» «*Scheinsätze*» por «pseudo–sentence» também foi a escolha de Rolf A. George na tradução de *Der Logische Aufbau der Welt*, reservando «*statement*» e «*proposition*» para a tradução de «*Aussage*». Carnap foi consultado para a tradução de *Aufbau*, mesmo que não tenha a acompanhado em detalhes (cf. Carnap 2003, XX). Ao contrário de Rolf A. George, que omitiu o espaçamento entre letras —usadas como ênfase no alemão—, e substituiu outras por itálico; substituí tais ênfases por versalete, resguardando o itálico para as ocasiões italicizadas no original.

A tradução do artigo ao inglês feita por Arthur Pap e incluída no livro *Logical Positivism*, editado por Alfred Ayer e publicado em 1959, omite a «Adição à correção» do texto original e inclui «Observações do autor» feitas em 1957. Decidi incluí–las na presente tradução em benefício da compreensão geral do texto.

Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem

RUDOLF CARNAP

1. Introdução. — 2. O significado das palavras. — 3. Palavras metafísicas sem significado. — 4. O sentido de uma sentença. — 5. Pseudosentenças metafísicas. — 6. O sem sentido da metafísica. — 7. A metafísica como expressão de uma atitude para com a vida.

§1. Introdução

Desde os céticos gregos até os empiristas do século XIX, existiram muitos *opositores da metafísica*. Críticas de diversos tipos têm sido apresentadas. Muitos declararam que a doutrina da metafísica *é falsa*, já que ela contradiria o conhecimento empírico. Outros consideraram–na *incerta*, já que os seus problemas ultrapassam os limites do conhecimento humano. Muitos antimetafísicos declararam que a ocupação com questões metafísicas é *estéril*. Se estas questões podem ou não ser respondidas, de qualquer forma é desnecessário preocupar–se com elas; devotemo–nos inteiramente às tarefas práticas que afrontam os homens ativos a cada dia!

O desenvolvimento da *lógica moderna* tornou possível dar uma nova e mais aguda resposta à questão da validade e justificação da metafísica. As investigações da "lógica aplicada" ou "teoria do conhecimento", que se colocam a tarefa de, através da análise lógica, clarificar o conteúdo cognitivo das sentenças científicas e dessa forma o significado das palavras que ocorrem nas sentenças ("conceitos"), leva a um resultado positivo e a um negativo. O resultado positivo é alcançado no domínio da ciência empírica; são clarificados os vários conceitos dos diferentes ramos da ciência; sua conexão lógico–formal e epistemológica é explicitada. No domínio da *metafísica* (incluindo toda filosofia do valor e ciência normativa) a análise lógica produz o resultado negativo de que *as pretensas sentenças neste domínio são inteiramente sem sentido*. Deste modo, uma superação radical da metafísica é alcançada, de forma tal que não era ainda possível a partir das

posições antimetafísicas anteriores. É verdade que ideias relacionadas já podiam ser encontradas em linhas mais antigas de reflexão, por exemplo, aquelas de tipo nominalista. Porém é apenas agora, durante as últimas décadas, quando o desenvolvimento da lógica possibilitou uma ferramenta de precisão suficiente, que o passo decisivo pode ser dado.

Ao dizer que as assim chamadas sentenças da metafísica são *sem sentido*, entendemos essa palavra em seu sentido rigoroso. Em um sentido não–rigoroso, uma sentenças ou uma pergunta, às vezes, é dita sem sentido se é inteiramente estéril enunciá–la ou perguntá–la (por exemplo, a pergunta: "qual é o peso médio daqueles habitantes de Viena cujo telefone termina com três?"), ou sobre uma sentença que é obviamente falsa (por exemplo, "Viena tinha 6 habitantes em 1910"), ou uma tal, que não é apenas empiricamente, mas logicamente falsa, ou seja, contraditória (por exemplo, "as pessoas A e B são um ano mais velhas que a outra, respectivamente"). Tais sentenças realmente possuem sentido, apesar de infrutíferas ou falsas; pois somente sentenças com sentido podem ser divididas em (teoricamente) frutíferas e infrutíferas, verdadeiras e falsas. Em sentido estrito, contudo, é *sem sentido* uma sequência de palavras que, em uma linguagem específica, não constitui uma sentença. Pode acontecer que, à primeira vista, uma tal sequência de palavras pareça ser uma sentença; neste caso, chamemo–la de *pseudosentença*. Nossa tese, agora, é que a análise lógica revela que as pretensas sentenças da metafísica são pseudosentenças.

Uma linguagem consiste em um vocabulário e uma sintaxe, isto é, um conjunto de palavras que têm significado e regras de formação de sentenças; tais regras indicam como sentenças podem ser formadas a partir de palavras de vários tipos. De acordo com isso, existem duas espécies de pseudosentenças: ou elas contêm uma palavra que, erroneamente, acredita–se ter sentido, ou as palavras constituintes possuem significado, todavia estão arranjadas em uma forma contrassintática, de modo que não formam uma sentença com sentido. Veremos que exemplos de pseudosentenças de ambos os tipos ocorrem na metafísica. Mais tarde, deveremos considerar as razões que apoiam nossa afirmação de que, em seu conjunto, a metafísica consiste de tais pseudosentenças.

§2. O significado de uma palavra

Quando uma palavra (dentro de uma linguagem determinada) tem um significado, costuma–se também dizer que designa um "conceito": se ela somente parece ter significado quando realmente não tem, falamos de um "pseudoconceito". Como pode ser explicada a origem de um pseudoconceito?

Cada palavra não foi introduzida na linguagem apenas para expressar algo determinado, de modo que tivesse um significado definido desde o início de seu uso? Então como pode uma linguagem tradicional conter palavras sem significado? É certo que originalmente cada palavra (excetuando raros casos que ilustraremos mais tarde) tinha um significado. Ao longo do desenvolvimento histórico, frequentemente, uma palavra muda seu significado. Também acontece, às vezes, que uma palavra perde seu antigo significado sem adquirir um novo. Assim surge um pseudoconceito.

No que consiste, então, *o significado de uma palavra*? Que estipulações concernentes a uma palavra devem ser feitas para que ela seja significativa? (Não interessa para nossa consideração se estas estipulações são feitas explicitamente, como no caso de algumas palavras e símbolos da ciência moderna, ou se sobre elas houve concordância tácita, como é o caso da maioria das palavras da linguagem comum). Primeiro, a *sintaxe* da palavra deve ser fixada, isto é, o modo de sua ocorrência na forma sentencial mais simples em que é capaz de ocorrer. Chamemos esta forma sentencial de *sentença elementar*. A forma sentencial elementar para a palavra "pedra" é, por exemplo, "*x* é uma pedra"; nas sentenças dessa forma, alguma designação da categoria de coisas ocupa o lugar de "*x*", por exemplo, "este diamante", "esta maça". Em segundo lugar, para uma sentença elementar *S* contendo a palavra, uma resposta deve ser dada às seguintes questões, que podem ser formuladas de várias maneiras:

1. De que sentenças *S* é *derivada* e que sentenças são derivadas de *S*?
2. Sob que condições *S* deve ser *verdadeira* e sob que condições, falsa?
3. Como *S* pode ser *verificada*?
4. Qual é o *sentido* de *S*?

(1) é a formulação correta; a formulação (2) concorda com o modo de falar da Lógica, (3) com o modo de falar da teoria do conhecimento, (4) com aquele da filosofia (fenomenologia). Que (2) expressa o que os filósofos querem dizer com (4), foi enunciado por WITTGENSTEIN: o significado de uma sentença consiste em sua condição de verdade. [(1) é a "formulação metalógica", uma descrição detalhada da metalógica como uma teoria da sintaxe e do sentido, isto é, das relações de derivação, será dada mais tarde, em outro lugar.]

No caso de muitas palavras, especificamente no caso da grande maioria das palavras das ciências, é possível especificar seu significado pela redução a outras

palavras ("constituição", definição). Por exemplo: "'artrópodes' são animais com corpos articulados, extremidades articuladas e corpo coberto de quitina." Desta forma, a supramencionada questão sobre a forma da sentença elementar da palavra "artrópodes", que é sobre a forma da sentença "a coisa *x* é um artrópode", está respondida; foi estipulado que uma sentença desta forma é reduzida da premissa da forma "*x* é um animal", "*x* tem corpo articulado", "*x* tem extremidades articuladas", "*x* tem o corpo coberto de quitina", e que, inversamente, cada uma dessas sentenças devem ser derivadas daquela sentença. Através das estipulações sobre a derivabilidade (em outras palavras: sobre o critério de verdade, sobre o método de verificação, sobre o sentido) da sentença elementar sobre "artrópodes" o significado da palavra "artrópodes" é fixado. Deste modo, cada palavra da linguagem é reduzida a outras palavras, e, finalmente, as palavras que ocorrem nas assim chamadas "sentenças observacionais" ou "sentenças protocolares". É por meio desta redução que a palavra adquire seu significado.

Para nossos propósitos podemos ignorar inteiramente a questão concernente ao conteúdo e forma das sentenças primárias (sentenças protocolares), que ainda não foi definitivamente estabelecida. Na teoria do conhecimento é costumeiro dizer que as sentenças primárias se referem "ao dado"; mas não há nenhum acordo na questão sobre o que é isso que é dado, às vezes é tomada a posição de que as sentenças sobre o dado falam das qualidades mais simples do sentir e do perceber (por exemplo, "quente", "azul", "alegre", e assim por diante); outros se inclinam à posição de que as sentenças primárias se referem ao conjunto de vivências e relações de semelhanças entre elas; uma opinião ainda diferente é que mesmo sentenças primárias falam de coisas. A despeito dessa diversidade de opiniões, é certo que uma sequência de palavras somente tem um significado quando suas relações de derivação a partir de sentenças protocolares são fixadas, quaisquer que sejam tais características das sentenças protocolares; e, de modo similar, que uma palavra é significativa somente se as sentenças em que pode ocorrer são redutíveis a sentenças protocolares.

Após o significado de uma palavra ser determinado por seu critério de aplicação (em outras palavras: pelas relações de redutibilidade registradas por sua sentença elementar, por suas condições de verdade, pelo método de sua verificação) a estipulação do critério destrói a liberdade de alguém decidir o que deseja "significar" com a palavra. Se a palavra deve receber um significado exato, nada menos que o critério deve ser dado; por outro lado, não pode dar mais que o critério, porque é uma determinação suficiente de significado. O significado está contido implicitamente no critério, tudo que resta a fazer é tornar o significado explícito.

Suponhamos, para fins de ilustração, que alguém inventou a palavra "babig" e mantém que há coisas que são babig e coisas que não são babig. Para experimentar o significado que há desta palavra, perguntaríamos sobre seu critério: como se pode estabelecer, em caso concreto, se uma dada coisa é babig ou não? Vamos supor, para começar, que não conseguimos a resposta dele: não há sinais empíricos de babigcidade, ele diz. Nesse caso o emprego não é admissível. A pessoa que usa a palavra diz que, não obstante, há coisas que são babig e há coisas que não são babig, e que tudo o que resta ao fraco e finito intelecto do homem é um segredo eterno sobre que coisas são babig e quais não, então tomaríamos isso como falatório vazio. Mas, talvez, ele nos assegure que gostaria de dizer, ao final, algo com a palavra "babig". Disto, porém, aprendemos apenas o fato psicológico de que ele associou algum tipo de representação e sentimento com a palavra. No entanto, a palavra não adquire um significado através de tais associações. Se um critério para a palavra não é estipulado, então, as sentenças em que ocorrem não dizem nada, elas não são mais que pseudosentenças.

Em segundo lugar, aceitamos um caso quando é dado um critério para uma nova palavra, digamos "bebig"; em particular consideremos que a sentenças "esta coisa é bebig" é verdadeira se e somente se a coisa é "quadrangular". (É irrelevante, para nossas reflexões, se o critério é declarado explicitamente ou se derivamos ele da observação dos usos afirmativos e negativos da palavra). Diremos então: a palavra "bebig" tem o mesmo significado que a palavra "quadrangular". E não permitiremos que seu usuário nos diga que, apesar disso, "pretende" alguma outra coisa com ela além de "quadrangular"; o pensamento que toda coisa quadrangular é também bebig e que, inversamente, é assim somente porque a quadrangularidade é a manifestação visível da bebigcidade, mas que a última é uma propriedade oculta, não observável em si mesma. Replicaríamos que após o critério ter sido fixado que o significado de "bebig" e "quadrangular" também está fixado, e que não somos mais livres para "pretender" isto ou aquilo com a palavra.

Resumamos brevemente o resultado de nossa análise. Seja *"a"* qualquer palavra e *"S(a)"* a sentença elementar em que ocorre. Então, a condição necessária e suficiente para *"a"* possuir significado pode ser dada por cada uma das seguintes formulações, que basicamente dizem a mesma coisa:

1. Os *critérios empíricos* de *"a"* são conhecidos.
2. Está determinado a partir de quais sentenças protocolares *"S(a)"* pode ser *derivada.*
3. As *condições de verdade* para *"S(a)"* estão estabelecidas.
4. O caminho de *verificação* de *"S(a)"* é conhecido.[17]

§3. Palavras metafísicas sem significado

Muitas palavras da metafísica agora podem ser mostradas como não cumprindo o requisito acima e sendo, portanto, destituídas de significado.

Tomemos como *exemplo* o termo metafísico *"princípio"* (no sentido de princípio de ser, não como princípio de conhecimento ou axioma). Vários metafísicos oferecem uma resposta à questão de qual é (o mais elevado) "princípio do mundo" (ou das "coisas", do "ser", do "ente"), por exemplo, água, número, forma, movimento, vida, o espírito, a ideia, o inconsciente, a ação, o bem, e assim por diante. Para descobrir o significado da palavra "princípio" nesta questão metafísica, devemos perguntar ao metafísico sob que condições uma sentença da forma "*x* é o princípio de *y*" seria verdadeira e sob que condições seria falsa; em outras palavras: pedimos pelos critérios ou pela definição da palavra "princípio". O metafísico responde aproximadamente como segue: "*x* é o princípio de *y*" quer dizer "*y* surge a partir de *x*", "o ser de *y* repousa sobre o ser de *x*", "*y* existe em virtude de *x*", e assim por diante. Essas palavras são ambíguas e indeterminadas. Frequentemente elas têm um significado claro; por exemplo, dizemos de uma coisa ou processo *y* que "surge a partir" de *x* quando observamos que coisas ou processos do tipo *x* são, frequentemente, ou invariavelmente, seguidos por coisas ou processos do tipo *y* (concepção causal no sentido de uma sucessão regular); mas o metafísico nos diz que ele não quer significar esta relação empiricamente constatável. Pois, nesse caso, suas teses metafísicas seriam sentenças meramente empíricas do mesmo tipo daquelas da física. A palavra "surgir" não deveria ter aqui o significado de uma relação de sequência temporal ou relação de condicionalidade, que é o que a palavra ordinariamente significa. Mesmo assim, nenhum critério é especificado para algum outro significado.

[17] Para concepção lógica e epistemológica que fundamenta nossa exposição que apenas brevemente pode ser insinuada aqui, cf.:

WITTGENSTEIN *Tractatus Logico–Philosophisus*, 1922.

CARNAP, *Der logische Aufbau der Welt*, 1928.

WAISMANN, *Logik, Sprache, Philosophie.* (Em preparação.)

Consequentemente, o pretenso significado "metafísico", em contraste ao mencionado significado empírico, não existe. Se refletirmos sobre o significado original da palavra "*principium*" (e da palavra grega correspondente *ἀρχή* [*arché*]) notamos o mesmo desenvolvimento. A palavra está explicitamente desprovida do significado original de "começo"; não se deve mais significar o temporalmente primeiro, mas o anterior em algum outro sentido, especificamente metafísico. Os critérios para este "aspecto metafísico", contudo, não são oferecidos. Em ambos os casos, então, a palavra foi destituída de seu significado original sem que lhe fosse dado um novo; permanece ali a palavra como uma concha vazia. De um período antigo significativo, ela é ligada associativamente com várias representações; estas, por sua vez, associam–se com novas representações e sentimentos em um novo contexto de emprego. Mas a palavra não se torna significativa em razão disso; permanecendo sem significado enquanto nenhum caminho de verificação possa ser descrito.

Outro exemplo é a palavra *"Deus"*. Devemos aqui, à parte as variações de seu uso dentro de cada domínio, distinguir o uso linguístico em três diferentes casos ou períodos históricos que, todavia, sobrepõem–se temporalmente. No uso *mitológico* da linguagem, a palavra tem um significado claro. Ela (ou palavras paralelas em outras línguas) é usada algumas vezes para designar criaturas corpóreas que estão entronizadas no Monte Olimpo, no Céu ou no Inferno, e que são dotadas de poder, sabedoria, bondade e felicidade em uma extensão maior ou menor. Algumas vezes a palavra também se refere a criaturas espirituais e com alma que, na verdade, não possuem corpos do tipo humano, ainda que se manifestem, apesar disso, de alguma forma nas coisas e processos do mundo visível e são, portanto, empiricamente constatáveis. No uso *metafísico* da linguagem, ao contrário, "Deus" designa alguma coisa supraempírica, a palavra é expressamente despida do seu significado de um ser corpóreo, ou ser espiritual que seja inserido no corpóreo. Como não lhe é dado um novo significado, torna–se sem significado. Por certo, as coisas frequentemente se apresentam como se a palavra "Deus" possuísse significado também na metafísica. Porém, as definições que são construídas provam, sob inspeção mais detalhada, que são pseudodefinições. Elas levam, ou para combinações logicamente inadmissíveis de palavras (de que trataremos mais tarde), ou para outras palavras metafísicas (por exemplo, "fundamento", "o absoluto", "o incondicional", "o autônomo", "o independente", e assim por diante), mas em caso algum às condições de verdade de suas sentenças elementares. No caso dessa palavra, nem mesmo o primeiro requisito da lógica é alcançado, que é o requisito de especificar sua sintaxe, isto é, a forma de sua ocorrência em sentenças elementares. Uma sentença elementar

deveria ter aqui a forma de "*x* é um Deus"; mas o metafísico rejeita completamente essa forma sem especificar uma diferente, ou se ele aceita, não indica a categoria sintática da variável *x* (categorias são, por exemplo, corpos, propriedades de corpos, relações entre corpos, números etc.).

O uso *teológico* da linguagem, no tocante à palavra "Deus", está entre o uso mitológico e o uso metafísico. Não há aqui um significado próprio, mas uma oscilação entre os dois usos mencionados. Muitos teólogos têm um conceito claramente empírico (em nossa terminologia, "mitológico") de Deus. Neste caso não há pseudosentenças; mas a desvantagem para o teólogo reside na circunstância de que, de acordo com esta interpretação, as sentenças da teologia são empíricas e, portanto, estão sujeitas ao juízo da ciência empírica. Com outros teólogos há claramente o uso metafísico da linguagem. Por vezes, o uso da linguagem é confuso, seja porque seguem este ou aquele uso, seja porque movimentam–se em expressões que não são claramente compreendidas e que tendem para ambos os lados.

Do mesmo modo que os exemplos examinados "princípio" e "Deus", a maioria dos outros termos *especificamente metafísicos são destituídos de significado*, por exemplo, "ideia", "o absoluto", "o incondicionado", o "infinito", "o ser do ente", "não–ente", "coisa em si", "espírito absoluto", "espírito objetivo", "essência", "ser em si", "ser em si e para si", "emanação", "manifestação", "articulação", "o eu", "o não eu" etc. Estas expressões estão no mesmo barco de "babig", nosso exemplo previamente fabricado. O metafísico diz–nos que não podem ser especificadas condições de verdade empíricas; se acrescenta que, não obstante, ele "quer dizer" algo, sabemos que isto é meramente uma alusão a representações e sentimentos associados que, entretanto, não conferem um significado à palavra. As pretensas sentenças da metafísica que abrangem tais palavras não têm sentido, não dizem nada, são meras pseudosentenças. Como deve ser explicado seu surgimento histórico, investigaremos mais tarde.

§4. O Sentido de uma sentença

Até agora consideramos apenas aquelas pseudosentenças que contêm uma palavra sem significado. Mas há um segundo tipo de pseudosentença. Elas consistem de palavras com significado, mas arranjadas de um modo tal que, não obstante, resultam em nenhum sentido. A sintaxe de uma linguagem especifica que combinações de palavras são admissíveis e quais são inadmissíveis. A sintaxe gramatical das linguagens naturais, entretanto, não satisfaz a tarefa da eliminação

de combinações sem sentido de palavras em todos os casos. Tomemos como exemplos as seguintes sequências de palavras:

1. "César é e,"
2. "César é um número primo."

A sequência (1) é formada contrassintaticamente, as regras de sintaxe requerem que a terceira posição seja ocupada, não por uma conjunção, mas por um predicado, portanto, por um substantivo (com um artigo) ou um adjetivo. A sequência de palavras "César é um general", p.ex., é formada de acordo com as regras de sintaxe; é uma sequência de palavras com sentido, uma sentença legítima. Mas agora, a sequência de palavras (2) é, da mesma forma, correta sintaticamente, pois tem a mesma forma gramatical que a sentença recém mencionada. Não obstante, (2) é sem sentido. "Número primo" é uma propriedade de números; não pode ser atribuída, nem não atribuída para uma pessoa. Uma vez que (2) parece ser uma sentença, mas não é uma sentença, não diz nada, nem expressa um estado de coisas subsistente, chamemos essa sequência de palavras de "pseudosentença". O fato de que as regras de sintaxe gramatical não sejam transgredidas, facilmente conduz alguém, à primeira vista, para a opinião errônea de que ainda se trate de uma sentença, apesar de falsa. Mas "*a* é um número primo" é falsa se e somente se "a" é divisível por um número natural diferente de *"a"* e de 1; evidentemente é ilícito colocar aqui "César" em lugar de *"a"*. Este exemplo foi escolhido porque o sem sentido é detectável facilmente. Muitas das assim chamadas sentenças da metafísica não são tão facilmente reconhecíveis como pseudosentenças. O fato de que a linguagem usual permita a formação de sequências de palavras sem significado sem violar as regras da gramática, indica que a sintaxe gramatical, de um ponto de vista lógico, é insuficiente. Se a sintaxe gramatical correspondesse exatamente à sintaxe lógica, as pseudosentenças não poderiam surgir. Se a sintaxe gramatical não diferenciasse somente as classes gramaticais dos substantivos, adjetivos, verbos, conjunções, etc., mas dentro de cada uma dessas classes fizesse as distinções adicionais que são logicamente indispensáveis, então nenhuma pseudosentença poderia ser formada. Se, por exemplo, os substantivos fossem gramaticalmente subdivididos em muitos tipos de palavras, em correspondência à designação de propriedade de corpos físicos, de números, etc., então as palavras "general" e "número primo" pertenceriam a classes gramaticais diferentes, e (2) seria tão linguisticamente incorreta como (1). Em uma linguagem corretamente

construída, portanto, todas as sequências de palavras sem sentido seriam do tipo do exemplo (1). Considerações gramaticais, em certa medida, já as eliminariam; isto é, para evitar o sem sentido, seria desnecessário prestar atenção aos significados individuais das palavras para além da sua classe sintática (sua "categoria sintática", por exemplo, coisa, propriedade de coisas, relação entre coisas, número, propriedade de número, relação entre números, e assim por diante). Se nossa tese de que as sentenças da metafísica são pseudosentenças é justificada, então a metafísica não poderá ser expressa em uma linguagem construída da forma logicamente correta. Esta é a grande importância filosófica da tarefa de construir uma sintaxe lógica, tarefa essa que no momento ocupa os lógicos.

§5. Pseudosentenças metafísicas

Desejamos mostrar agora alguns exemplos de pseudosentenças metafísicas nas quais a violação da sintaxe lógica é especialmente clara, apesar de concordarem com a sintaxe histórico–gramatical. Selecionemos algumas sentenças daquela doutrina metafísica que exerce, no presente, a mais forte influência na Alemanha.[18]

"Pesquisado deve ser apenas o ente e mais — *nada*; somente o ente e além dele —*nada*; unicamente o ente e além disso — *nada*; unicamente o ente, e além do ente — *nada. Que acontece com este nada?* — — *Existe o nada apenas porque existe o 'não', isto é, a negação? Ou não acontece o contrário? Existe a negação e o 'não' apenas porque 'existe' o nada?* — — Nós afirmamos: *o nada é mais originário que o 'não' e a negação.* — Onde procuramos o nada? Onde encontramos o nada? — — nós conhecemos o nada — — *A angústia manifesta o nada* — — Diante de que e por que nós nos angustiávamos era 'propriamente' — nada. Efetivamente: o nada mesmo — enquanto tal — estava aí. — — *O que é este nada? O próprio nada nadifica.*"

Para mostrar que a possibilidade de formar pseudosentenças é baseada em um defeito lógico da linguagem, construímos o esquema abaixo. As sentenças sob I são gramaticalmente e logicamente impecáveis, com sentido, portanto. As sentenças sob II (exceto B3) estão gramaticalmente em perfeita analogia com aquelas sob I. A forma da sentença em IIA (como pergunta e resposta) não corresponde, de fato, às exigências que devem ser postas a uma linguagem

[18] As citações seguintes (itálicos no original) foram extraídas de M. Heidegger, *Was ist Metaphysik?* 1929. Poderíamos ter selecionado passagens de quaisquer outros dos numerosos metafísicos, do presente ou do passado; assim mesmo, as passagens selecionadas parecem–nos ilustrar nossa tese muito bem.

logicamente correta. Mas, não obstante, é significativa porque é traduzível para linguagem correta. Isso é mostrado pela sentença IIIA, que tem o mesmo sentido de IIA. A forma da sentença IIA, então, mostra–se inconveniente porque podemos ser levados, a partir dela, por meio de operações gramaticais inobjetáveis, às formas da sentença sem sentido IIB, que são tirados da situação acima. Essas formas não poderiam ser construídas na linguagem correta da coluna III. Não obstante, sua falta de sentido não é notada à primeira vista, porque se é facilmente enganado pela analogia com as sentenças com sentido de IB. Portanto, a falha da nossa linguagem aqui constatada consiste em que, em contraste a uma linguagem logicamente correta, ela admite sequências de palavras com e sem sentido. Para cada sentença, acrescentamos uma fórmula correspondente na notação da logística; estas fórmulas permitem reconhecer de forma especialmente clara a analogia inconveniente entre IA e IIA e com isso o surgimento das formações sem sentido IIB.

I. Sentenças com sentido da linguagem comum.	*II. Transição de sentido para sem sentido na linguagem comum*	*III. Linguagem logicamente correta*
A. O que há lá fora? ***fo(?)***	A. O que há lá fora? ***fo(?)***	A. Não há (não existe, não se encontra) algo que está lá fora. $\sim (\exists x).\, fo(x)$
Há chuva lá fora. ***fo(ch)***	Há nada lá fora. ***fo(na)***	
B. O que acontece com esta chuva? (i.e. o que a chuva faz? ou: o que mais pode ser dito sobre esta chuva?) ***?(c)***	B. "Que acontece com este nada?" ***?(na)***	B. *Todas essas formas não podem ser formadas.*
1. Conhecemos a chuva. ***co(ch)***	1. "procuramos o nada", "encontramos o nada", "conhecemos o nada". } ***co(na)***	
2. A chuva chove. ***ch(ch)***	2. "O próprio nada nadifica". ***na(na)***	
	3. "Existe o nada apenas porque…" ***ex(na)***	

Com uma inspeção mais detalhada das pseudosentenças sob II B, encontramos ainda certas diferenças. A formação de sentenças (1) é baseada simplesmente no

erro do emprego da palavra "nada" como um nome de objeto, porque na linguagem comum é corriqueiro usá–la nessa forma para construir uma sentença existencial negativa (ver II A). Em uma linguagem correta, ao contrário, não é um nome particular, mas uma certa *forma lógica* da sentença que serve para o mesmo propósito (ver III A). A sentença II B 2 acrescenta algo novo, a saber, a formação da palavra sem significado "nadificar"; essa sentença, portanto, é sem sentido por duas razões. Assinalamos antes que as palavras sem significado da metafísica usualmente devem sua origem no fato de uma palavra significativa ser destituída de seu significado pelo seu uso metafórico. Aqui, ao contrário, nos defrontamos com um daqueles raros casos em que é introduzida uma nova palavra que desde o início nunca teve um significado. Do mesmo modo, a sentença II B 3 deve ser rejeitada por duas razões. No erro de usar a palavra "nada" como um nome de objeto, ela concorda com as sentenças anteriores. Mas, em adição, ela envolve uma contradição. Afinal, mesmo que fosse admissível introduzir "nada" como um nome ou descrição de um objeto, ainda assim a existência desse objeto seria negada em sua definição, considerando que a sentença (3) parte para afirmar sua existência. Essa sentença, portanto, seria contraditória, mesmo se já não fosse sem sentido.

Em vista dos grosseiros erros lógicos que encontramos nas sentenças II B, devemos ser levados a conjecturar que talvez a palavra "nada" tenha, no tratado citado, um significado inteiramente diferente do usual. E essa presunção é, outrossim, fortalecida quando lemos ali que a angústia revela o nada, que o nada em si mesmo está presente como tal na angústia. Pois aqui a palavra "nada" parece referir–se a uma certa constituição emocional, possivelmente de um tipo religioso, ou alguma outra coisa que está na base de tal sentimento. Se tal fosse o caso, os mencionados erros lógicos das sentenças II B não seriam cometidos. Mas a primeira sentença da citação, no início da seção, prova que esta interpretação não é possível. A combinação de "somente" e "e mais — *nada*" mostra, inconfundivelmente, que a palavra "nada", aqui, tem o significado usual de uma partícula lógica que serve como expressão de uma sentença existencial negada. Esta introdução da palavra "nada" é, então, seguida imediatamente pela pergunta principal do tratado: "O que é este nada?"

Mas nossas dúvidas quanto a uma possível má interpretação ficam completamente dissolvidas quando notamos que o autor está claramente ciente do conflito que suas perguntas e sentenças contradizem a lógica. "Tanto a *pergunta como a resposta* são, no que diz respeito ao nada, igualmente *contraditórias* em si mesmas. — Assim, não é preciso; pois, que a ciência primeiro rejeite o nada. A regra fundamental do pensamento a que comumente se recorre, o princípio

da não–contradição, a 'lógica' universal, arrasa esta pergunta." Tanto pior para a lógica! devemos abolir sua soberania: "Se assim se rompe o poder do *entendimento* no campo da interrogação pelo nada e pelo ser, então se decide também, com isto, o destino do domínio da 'lógica' no seio da filosofia. A ideia da 'lógica' mesma se *dissolve* no redemoinho de uma interrogação mais originária." Mas estará a sóbria ciência em acordo com o turbilhão do questionamento contralógico? Para esta questão, também, já está dada a resposta: "A aparente sobriedade e superioridade da ciência se transforma em ridículo, se não leva a sério o nada." Desta forma, encontramos aqui uma boa confirmação de nossa tese; um metafísico, ele mesmo, chega à constatação que suas perguntas e respostas são irreconciliáveis com a lógica e o modo científico de pensar.

A diferença entre a nossa tese e aquela dos *primeiros antimetafísicos* é clara agora. Não enxergamos a metafísica como "mera especulação" ou "contos de fada". As sentenças de uma fábula não conflituam com a lógica, mas apenas com a experiência; são perfeitamente significativas, apesar de falsas. A metafísica nem mesmo é "*superstição*"; é possível acreditar em sentenças verdadeiras e falsas, mas não é possível acreditar em sequências de palavras sem sentido. As sentenças metafísicas nem mesmo são aceitáveis como *"hipóteses de trabalho"*; para uma hipótese é essencial uma relação de derivação com sentenças empíricas (verdadeiras ou falsas), o que é justamente aquilo que falta às pseudosentenças. Com referência à, assim chamada, *limitação da capacidade humana de conhecimento*, algumas vezes uma tentativa é feita para salvar a metafísica promovendo a seguinte *objeção*: sentenças metafísicas não são, na verdade, verificáveis pelo homem nem por qualquer outro ser finito; não obstante, poderiam valer como conjecturas sobre as respostas que um ser com poderes de conhecimento mais altos, ou ainda, perfeitos, daria para nossas perguntas e, como tal, as conjeturas seriam ao final dotadas de sentido. Para contrariar essa objeção, consideremos o seguinte. Se o significado de uma palavra não pode ser especificado, ou se a sequência de palavras não concorda com as regras de sintaxe, então nem mesmo se levantou uma questão, (pensemos apenas nas pseudoquestões: "esta mesa é babig?", "o número 7 é sagrado?", "que números são mais escuros, os pares ou ímpares?".) Onde não há uma questão nem um ser onisciente pode dar uma resposta. Agora o objetor pode dizer: do mesmo modo que alguém que vê pode comunicar novo conhecimento ao cego, um ser mais elevado poderia talvez comunicar–nos conhecimento metafísico, por exemplo, se o mundo visível é a manifestação de um espírito. Devemos refletir aqui, sobre o que significa "novo conhecimento". Na verdade, é concebível que possamos encontrar animais que nos informem sobre um novo sentido. Se esses seres provassem o teorema de

Fermat ou inventassem um novo instrumento físico ou estabelecessem uma lei da natureza desconhecida até agora, então nosso conhecimento seria aumentado com sua ajuda. Pois esse tipo de coisa pode ser testada, do mesmo modo que mesmo um cego pode entender e testar o conjunto da Física (e, portanto, todas as sentenças dos que podem ver). Mas se aqueles seres hipotéticos nos relatam algo que não podemos verificar, então tampouco podemos compreendê–lo; neste caso nenhuma informação nos foi comunicada, apenas meros sons verbais sem sentido, ainda que possivelmente associados com representações. Segue–se que nosso conhecimento pode ser ampliado apenas quantitativamente por outros seres, não interessando se eles conhecem mais, menos ou tudo; mas nenhum conhecimento de um tipo essencialmente novo pode ser adicionado. Aquilo que nos é incerto, pode vir a tornar–se mais certo com auxílio de outro ser; mas o que é incompreensível, sem sentido, não pode se tornar dotado de sentido pela ajuda de um outro, não importa quão vasto seja o seu conhecimento. Portanto, nem um deus e nem um diabo pode nos dar conhecimento metafísico.

§6. O sem sentido de toda metafísica

Os exemplos de sentenças metafísicas que analisamos foram todos tirados de um único tratado. Mas nossos resultados se aplicam com igual validade, de maneira literalmente idêntica, a outros sistemas metafísicos. Se o tratado cita com anuência uma sentença de HEGEL ("o puro ser e o puro nada são, portanto, o mesmo") então, está correta. A metafísica de HEGEL tem exatamente o mesmo caráter lógico que este sistema moderno de metafísica. E o mesmo vale para os restantes sistemas metafísicos, mesmo que a natureza de suas aplicações da linguagem, e, portanto, o tipo de erro lógico que ocorre nelas, desvie mais ou menos do tipo que ocorre nos exemplos discutidos.

Não seria necessário aduzir exemplos adicionais de sentenças metafísicas específicas de diversos sistemas e analisá–las. Vamos nos confinar a uma indicação dos tipos de erros mais frequentes.

Talvez a maioria dos erros lógicos que são cometidos quando são feitas pseudosentenças são baseados nos defeitos lógicos que se vinculam ao uso da palavra *"ser"* em nossa linguagem (e das palavras correspondentes em outras linguagens, ao menos na maioria das europeias). O primeiro defeito é a ambiguidade da palavra "ser"; é usada algumas vezes como cópula prefixada a um predicado ("Eu estou com fome"), algumas vezes para designar existência ("Eu sou"). Este erro é agravado pelo fato de que os metafísicos frequentemente não são claros sobre essa ambiguidade. O segundo defeito está na forma do verbo

em seu segundo significado, o significado de *existência*. A forma verbal sugere enganosamente um predicado onde não existe um. Para ser exato, há muito tempo é sabido que a existência não é uma propriedade (cf. a refutação de KANT da prova ontológica da existência de Deus). Mas não foi senão com o advento da lógica moderna que foi alcançada completa consistência neste ponto: a forma sintática que a lógica moderna introduz o sinal de existência é de uma forma tal que não é permitido, como um predicado, ser aplicado para sinais de objetos, mas somente a predicados. (cf. por exemplo, sentença III A, na tabela acima). Desde a antiguidade a maior parte dos metafísicos foi levado a pseudosentenças em razão da forma verbal, e com isso a forma predicativa da palavra "ser", por exemplo, "Eu sou", "Deus é".

Um exemplo desse erro encontramos no "*cogito, ergo sum*" de DESCARTES. Não façamos caso aqui das objeções materiais que têm sido levantadas à premissa – nomeadamente, se a sentença "eu penso" expressa adequadamente o pretendido estado de coisas ou se contém, talvez, uma *hypostasis* –, consideremos as duas sentenças somente do ponto de vista lógico–formal. Aí observamos, dois erros lógicos essenciais. O primeiro está na conclusão "eu sou". O verbo "ser" indubitavelmente está usado aqui no sentido de existência, pois uma cópula não pode ser usada sem predicado. Na verdade, o "eu sou" de Descartes sempre foi compreendido nesse sentido, mas neste caso a sentença viola a supramencionada regra lógica de que existência só pode ser enunciada em conexão com um predicado, não em conexão com um nome (sujeito, nome próprio). Uma sentença existencial não tem a forma "*a* existe" (como em: "eu sou", i. e. "eu existo"), mas "existe algo de tal e tal tipo". O segundo erro está na transição de "eu penso" para "eu existo". Se a partir da sentença *"P(a)"* ("a tem a propriedade *P*") uma sentença existencial deve ser derivada, então essa sentença pode afirmar a existência somente com respeito ao predicado *P*, e não com respeito ao sujeito *a* da premissa. De "eu sou um europeu" não segue "eu existo", mas "um europeu existe". De "eu penso" não segue "eu sou", mas "há algo pensante".

A circunstância de que as nossas línguas expressam existência por um verbo ("ser" ou "existir") não é um defeito lógico em si mesmo, é somente inapropriado, perigoso. A forma verbal facilmente nos induz ao erro de considerar a "existência" como um predicado. Chega–se, então, a tais modos de expressão logicamente incorretos e, por conseguinte, sem sentido, como vimos há pouco. Da mesma maneira, formas como "ente", "não–ente", que sempre tiveram um grande papel em metafísica, têm a mesma origem. Em uma linguagem logicamente correta tais formas nem sequer poderiam ser formadas. Parece que no Latim e no Alemão as formas "*ens*" ou "*seiende*" foram introduzidas, talvez seduzidos pelo modelo grego, especificamente para o uso dos metafísicos; desse modo a linguagem deteriorou–se logicamente, enquanto se pensava corrigir um defeito.

Outra violação muito frequente da sintaxe lógica é a chamada "*confusão de esferas*" de conceitos. Enquanto o erro anterior consistia no uso predicativo de um símbolo com significado não–predicativo, neste outro caso, um predicado, embora usado como predicado, é usado como um predicado de outra "esfera"; temos aqui uma violação das regras da chamada "teoria dos tipos". Um exemplo artificial é a sentença que examinamos antes: "César é um número primo". Nomes de pessoas e palavras para números pertencem a esferas lógicas diferentes, e, de modo correspondente, são os predicados de pessoas (p. ex. "general") e predicados de números ("número primo"). O erro da "confusão de esferas", diferentemente do uso previamente examinado do verbo "ser", não é prerrogativa apenas da metafísica, mas ocorre com muita frequência também na linguagem comum. Contudo, raramente cai–se no sem sentido. E a ambiguidade das palavras em relação às esferas é de um tipo tal que pode ser facilmente removida.

Exemplo: 1. "Esta mesa é maior do que aquela." 2. "A altura desta mesa é maior do que a altura daquela mesa." Aqui a palavra "maior" é usada em (1) para uma relação entre objetos, em (2) para uma relação entre números, portanto, para duas categorias sintáticas distintas. O erro aqui é inofensivo; poderia, por exemplo, ser eliminado escrevendo "maior1" e "maior2"; "maior1" é definido a partir de "maior2", por meio de que a forma da sentença (1) é explicada como sendo a mesma de (2) (e outras similares).

Dado que a confusão de esferas não causa dano na linguagem comum, ela normalmente não é sequer percebida. Isto de fato é apropriado para o uso comum da linguagem, contudo, tem ocasionado consequências desastrosas na metafísica. Aqui, conduzidos pelo hábito da linguagem comum, somos levados a confusões de esferas, que diversamente daquelas da linguagem comum, não são mais traduzíveis em forma logicamente correta. Pseudosentenças desse tipo são encontradas de forma especialmente frequente, p. ex., nos escritos de HEGEL e HEIDEGGER. Este último adotou muitas peculiaridades da forma de falar hegeliana e com elas também alguns defeitos lógicos (por exemplo, determinações que deveriam relacionar–se a objetos de certo tipo são, ao invés, relacionados a uma determinação desses objetos, ou ao "ser–aí", ou à "existência", ou a uma relação entre esses objetos).

Concluído que muitas sentenças metafísicas são sem sentido, nos defrontamos com a questão de que não há, talvez, um montante de sentenças significativas da metafísica que permaneceriam após a eliminação de todas as que são sem sentido.

De fato, os resultados que obtivemos poderiam originar a opinião de que na metafísica há um grande perigo de cair no sem–sentido, e que, contudo, se alguém quisesse fazer metafísica, poderia evitar cuidadosamente esses perigos. Mas, na realidade, não pode haver nenhuma sentença metafísica com sentido. Isto segue–se da tarefa que a metafísica atribui a si mesma: descobrir e apresentar um tipo de conhecimento que não é acessível à ciência empírica.

Vimos antes que o sentido de uma sentença está no método de sua verificação. Uma sentença diz somente aquilo que nela é verificável. Por isso, uma sentença, caso enuncie algo, pode somente enunciar um fato empírico. Se algo devesse ficar em princípio além do experimentável, nem poderia ser dito, nem pensado, nem perguntado. Sentenças (com sentido) são divididas nas seguintes espécies: primeiro, há sentenças que são verdadeiras exclusivamente em virtude de sua forma ("tautologias", de acordo com WITTGENSTEIN; elas correspondem aproximadamente aos "juízos analíticos" de KANT); nada dizem sobre a realidade. As fórmulas da lógica e da matemática pertencem a essa espécie; não são sentenças sobre a realidade, mas servem para a transformação de tais sentenças. Em segundo lugar, existem as negações de tais sentenças ("*contradições*"). São dotadas de contradição, ou seja, falsas em virtude de sua forma. Com respeito a todas as outras sentenças, a decisão acerca da verdade ou falsidade repousa nas sentenças protocolares. São, pois, (verdadeiras ou falsas) sentenças da experiência e pertencem ao domínio da ciência empírica. Qualquer sentença que se deseja formar que não caia dentro dessas categorias torna–se automaticamente sem sentido. Uma vez que a metafísica não quer enunciar sentenças analíticas, nem cair dentro do domínio da ciência empírica, é compelida a empregar palavras para as quais não são especificados critérios e que são, por conseguinte, vazias de significado, ou ainda, a combinar palavras com significado de um modo tal que nem uma sentença analítica (ou contraditória), nem uma *sentença empírica* é produzida. Ambos os casos resultam necessariamente em pseudosentenças.

A análise lógica pronuncia então o veredito de ser sem sentido qualquer conhecimento alegado que pretenda estar além ou antes da experiência. Este veredicto atinge em primeiro lugar qualquer metafísica especulativa, qualquer conhecimento alegado por *puro pensamento* ou por *pura intuição* que pretenda ser capaz de se fazer sem a experiência. Mas o veredicto se aplica igualmente ao tipo de metafísica que, partindo da experiência, por meio de *inferências* especiais queira adquirir conhecimento sobre o que *está além e atrás da experiência* (por exemplo, a tese neovitalista sobre a presença de uma "enteléquia" atuante em processos orgânicos, que supostamente não pode ser entendida de modo

fisicalista; a questão concernente à "essência da relação causal", como para além da constatação de certas regularidades de sucessão; a fala sobre a "coisa em si"). Além disso, o mesmo veredito vale para toda a *filosofia das normas*, ou *filosofia do valor*, sobre qualquer ética ou estética como uma disciplina normativa. Pois a validade objetiva de um valor ou norma (mesmo na opinião dos filósofos do valor) não é empiricamente verificável nem reduzida de sentenças empíricas; não pode, por isso, ser expressa (em uma sentença com sentido) de maneira alguma. Em outras palavras: ou são indicados critérios empíricos para o uso de "bom" e "belo" e o resto dos predicados que são empregados nas ciências normativas, ou não são. No primeiro caso, uma sentença contendo tal predicado se torna um julgamento fatual, mas não um julgamento de valor; no segundo caso, transforma–se em uma pseudosentença. É inteiramente impossível formar uma sentença que expresse um julgamento de valor.

Finalmente, o veredicto de ser sem sentido atinge também aquelas direções metafísicas que usualmente são chamadas, de modo impróprio, direções epistemológicas, a saber: o *realismo* (na medida em que quer dizer mais do que o fato empírico de que os processos exibem uma certa regularidade, pelas quais se torna possível a aplicação do método indutivo) e seus oponentes: o *idealismo* subjetivo, o solipsismo, o fenomenalismo, e o *positivismo* (no sentido primitivo).

Mas, então, o que é resta para a *filosofia*, se todas e quaisquer sentenças que declaram alguma coisa são de uma natureza empírica e pertencem à ciência fatual? O que fica não são sentenças, nem uma teoria, nem um sistema, mas apenas um método, *o método* de análise lógica. A discussão precedente ilustrou a aplicação negativa deste método: naquele contexto serve para eliminar palavras sem significado, pseudosentenças sem sentido. Em seu uso positivo, serve para clarificar conceitos e sentenças significativas, para a fundação lógica da ciência do real, e para a matemática. A aplicação negativa do método é necessária e importante na presente situação histórica. Mas, mesmo em sua prática presente, a aplicação positiva é mais fértil. Não podemos discuti–la aqui em maiores detalhes. A pesquisa de fundamentos lógicos é a tarefa indicada de análise lógica, que deve ser entendida como "*filosofia científica*" em contraste com a metafísica. Nessa tarefa querem trabalhar a maioria das publicações dessa revista.

A questão que considera o caráter lógico das sentenças que obtemos como resultado de uma análise lógica, por exemplo, as sentenças que ocorrem neste e noutros trabalhos lógicos, pode ser respondida aqui apenas insinuadamente: tais sentenças são parcialmente analíticas, parcialmente empíricas. Pois estas sentenças sobre sentenças e partes de sentenças, pertencem, em parte, à pura *metalógica* (por exemplo, "uma sequência que consiste de um símbolo–existência

e um nome de objeto não é uma sentença"), em parte à metalógica descritiva (por exemplo, "a sequência de palavras em tal e tal lugar, em tal e tal livro, é sem sentido"). A Metalógica será discutida em outro lugar. Será mostrado lá que a metalógica que fala sobre as sentenças de uma dada linguagem pode ser formulada naquela mesma linguagem.

§7. A metafísica como expressão de uma atitude para com a vida

Nossa alegação de que as sentenças da metafísica são inteiramente sem sentido, que nada expressam, deixará mesmo aqueles que concordam intelectualmente com nossos resultados atormentados por um sentimento estranho: como pode ser explicado que tantos homens em todas as eras e nações, entre eles mentes eminentes, gastaram tanta energia, genuíno fervor desperdiçado, com a metafísica, se a última consiste de nada senão meras palavras, arranjadas de um modo sem sentido? E como se pode explicar o fato das obras da metafísica terem exercido tão grande influência sobre os leitores até o dia presente, se nem mesmo erros contém, mas completamente nada? Essas dúvidas são justificadas uma vez que a metafísica, de fato, tem um conteúdo; apenas que não é um conteúdo teórico. As (pseudo) sentenças da metafísica não servem para a *apresentação de representações*, nem as que existem (neste caso seriam sentenças verdadeiras), nem as não–existentes (neste caso seriam, no mínimo, sentenças falsas). Elas servem para a *expressão da atitude de uma pessoa para com a vida* ["Lebenseinstellung", "Lebensgefühl"].

Podemos aceitar, talvez, que a metafísica se desenvolveu a partir da *mitologia*. A criança irada com "a mesa má" que lhe feriu. O homem primitivo procura reconciliar–se com o demônio ameaçador dos terremotos, ou adora a divindade das chuvas férteis com gratidão. Temos diante de nós personificações de fenômenos naturais que são a expressão quase poética da relação emocional do homem com o seu ambiente. A herança da mitologia é legada, de uma parte à poesia, que produz e intensifica os efeitos da mitologia sobre a vida, de modo deliberado; de outra, é deixada com a teologia que desenvolve a mitologia como um sistema. Qual é, agora, o papel histórico da metafísica? Talvez possamos considerá–la como um substituto para a teologia ao nível do pensamento conceitual sistemático. As fontes (supostamente) transcendentes do conhecimento da teologia são substituídas, aqui, pelas fontes naturais, ainda que supostamente transempíricas do conhecimento. Em investigação pormenorizada, o mesmo conteúdo que aquele da mitologia, é aqui ainda reconhecível por trás das diferentes roupagens: descobrimos que a metafísica

também surge da necessidade de dar expressão a uma atitude do homem em relação à vida, sua reação emocional e volicional ao ambiente, à sociedade, às tarefas a que ele mesmo se devota, às desventuras que lhe sucedem. Essa atitude se manifesta, muitas vezes inconscientemente, como uma regra, em tudo o que um homem faz e diz. Ela se imprime também em seus traços faciais, talvez, mesmo em seu modo de andar. Muitas pessoas, agora, sentem o desejo de criar além dessas manifestações, uma expressão especial de sua atitude, através da qual poderia tornar–se visível de um modo mais sucinto e perceptível. Se tiverem talento artístico, eles encontram na produção de uma obra de arte a possibilidade de se expressar. O modo como a atitude perante a vida manifesta–se no estilo e na forma da obra de arte, já foi esclarecida por muitos (por exemplo, DILTHEY e seus alunos). (Nessa conexão a expressão "visão do mundo" ["*Weltanschauung*"] é usada com frequência; preferimos evitá–la em razão de sua ambiguidade, que obscurece a diferença entre atitude e teoria, uma diferença que é crucial para nossa análise). O que é essencial, aqui, para nossas considerações, é apenas o fato que a arte é um meio adequado, a metafísica, porém, é um meio inadequado, para a expressão da atitude básica. Claro, não é preciso uma objeção intrínseca sobre alguém usar o meio de expressão de que goste. Mas, no caso da metafísica, encontramos esta situação: através da forma de seus trabalhos, ela pretende simular algo que ela não é. Essa forma é de um sistema de sentenças que, aparentemente, estão em relação de fundamentação umas com as outras, ou seja, a forma de uma teoria. Deste modo é simulado um conteúdo teórico, mesmo quando, como vimos, não existe tal conteúdo. Não é apenas o leitor, mas também o metafísico mesmo encontra–se no engano de que através das sentenças metafísicas algo é dito, que são descritos estados de coisas. O metafísico acredita que se movimenta em território no qual verdade e falsidade estão em jogo. Na realidade, entretanto, ele nada declarou, apenas expressou algo como um artista. Que o metafísico se encontra nesse engano, não podemos concluir do fato de que ele escolhe a linguagem como meio de expressão e sentenças declarativas como a forma de expressão; pois os poetas líricos fazem o mesmo sem sucumbir à auto ilusão. Porém, o metafísico sustenta suas sentenças com argumentos, reivindica consentimento ao seu conteúdo, polemiza contra metafísicos de posição divergente, tentando refutar suas asserções em seu tratado. O poeta lírico, por outro lado, não se dá ao trabalho de refutar as sentenças de um poema escrito por algum outro poeta lírico, pois ele sabe que está no domínio da arte e não no domínio da teoria.

A música, talvez, é o meio mais puro de expressão da atitude básica, porque é inteiramente livre de qualquer referência a objetos. O sentimento harmônico

ou atitude que o metafísico tenta expressar em um sistema monista, é expresso mais claramente na música de Mozart. E quando um metafísico declara a sua atitude heroico–dualista para com a vida, em um sistema dualista, não é, talvez, porque lhe falta a habilidade de um Beethoven para expressar essa atitude em um meio adequado? Os metafísicos são músicos sem habilidade musical. Por outro lado, eles têm uma forte inclinação para trabalhar dentro do meio do teórico, para relacionar conceitos e pensamentos. Agora, em lugar de acionar, por um lado, essa inclinação no domínio da ciência, e satisfazer, por outro, a necessidade de expressão na arte, o metafísico mistura as duas e produz uma construção que absolutamente nada faz pelo conhecimento e é algo inadequado para a expressão da atitude em relação à vida.

Nossa conjectura de que a metafísica é um substituto, ainda que inadequado para a arte, parece, além disso, confirmada pelo fato de que o metafísico que talvez teve talento artístico no mais alto grau, a saber, NIETZSCHE, evitou quase inteiramente o erro daquela confusão. Uma grande parte de seu trabalho tem conteúdo predominantemente empírico; trata–se ali, por exemplo, de análises históricas de fenômenos artísticos específicos, ou análises histórico–psicológicas da moral. Entretanto, na obra em que expressa mais fortemente aquilo que outros expressam pela metafísica ou pela ética, em *"Assim falava Zaratustra"*, ele não escolheu a enganadora forma teórica, mas, abertamente, a forma da arte, da poesia.

ADIÇÃO À CORREÇÃO. Nesse meio tempo, notei, com satisfação, que uma rejeição enérgica da filosofia moderna do nada foi expressa por outros em nome da lógica. Oskar KRAUS proferiu uma palestra ("Sobre tudo e nada", Leipziger Rundfunk, 1 de maio de 1930; *Philosophische*, Hefte 2, S. 140, 1931) referindo–se ao desenvolvimento histórico da Filosofia do nada e, em seguida, dizendo sobre Heidegger: "A ciência faria papel de tolo se levasse [o nada] a sério, —. Pois nada ameaça mais a reputação de toda ciência filosófica do que o ressurgimento dessa filosofia do Nada e de Tudo." HILBERT também proferiu uma palestra ("A Fundação da Teoria Elementar dos Números", dez. de 1930 em *Philos. Ges.* Hamburg, *Math. Ann.* 104, pp. 485, 1931), sem citar o nome de Heidegger: "Em uma recente palestra filosófica, encontro a proposição 'O nada é a negação absoluta do todo–ser dos seres'. Apesar de sua brevidade, ela ilustra todas as principais violações dos princípios estabelecidos na minha teoria da prova."

Observações do autor (1957)

Para a seção 1, "metafísica". Este termo é usado nesse trabalho, como usualmente na Europa, para o campo do alegado conhecimento da essência de coisas que transcende o reino da ciência indutiva empiricamente estabelecida. Nesse sentido, "*metafísica*" inclui sistemas como aqueles de Fichte, Schelling, Hegel, Bergson, Heidegger. Mas não inclui os esforços em direção a uma síntese e generalização dos resultados das várias ciências.

Para a seção 1, "sentido". Distinguimos hoje, vários tipos de sentido, em particular sentido cognitivo (designativo, referencial), de um lado, e componentes de sentido não–cognitivo (expressivo), por exemplo, emotivos e motivadores, por outro. No presente trabalho, a palavra *"sentido"* é sempre entendida com a interpretação de "conteúdo cognitivo". Assim, a tese de que as sentenças da metafísica são sem sentido, deve ser entendida com a significação de que elas são desprovidas de conteúdo cognitivo, nenhum conteúdo declarativo. O óbvio fato psicológico de que elas têm sentido expressivo não é, por isso, negado; isto é explicitamente enunciado na seção 7.

Para a seção 6, "metalógica". Este termo se refere à teoria de expressões de uma linguagem e, em particular, de sua relação lógica. Hoje, distinguiríamos entre sintaxe lógica como a teoria das relações puramente formais e semântica como teoria do sentido e das condições de verdade.

Para a seção 6, "realismo e idealismo." Que tanto as teses afirmativas e negativas concernentes à realidade do mundo externo são pseudosentenças, tentei mostrar na monografia *Scheinprobleme in der Philosophie: Das fremdpsychische der Realismusstreit*, Berlim, 1928. A natureza similar das teses ontológicas sobre a realidade ou não–realidade de entidades abstratas, por exemplo, propriedades, relações, proposições, é discutida em "Empiricism, Semantics and Ontology", *Revue Intern. de Philos.* 4, 1950, 20–40, republicado em *Meaning and Necessity*, segunda edição, Chicago, 1956.

Tradução de GILSON OLEGARIO DA SILVA
Revisão técnica da tradução por ROBSON RAMOS DOS REIS

REFERÊNCIAS

AYER, Alfred Jules, ed. (1959). *Logical Positivism*. The Library of Philosophical Movements. Glencoe, Illinois: The Free Press.

CARNAP, Rudolf (1931). «Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft». Translated as *The Unity of Science* by M. Black. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co, *Erkenntnis* 2, no. 1: pp. 432–465.

CARNAP, Rudolf (1935). *Philosophy and Logical Syntax*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.

CARNAP, Rudolf (1936). «Testability and Meaning». *Philosophy of Science* 3, no. 4: pp. 419–471.

CARNAP, Rudolf (2003). *The Logical Structure of the World [and] Pseudoproblems in Philosophy*. 2ª ed. Trad. por Rolf A. George. Chicago, Illinois: Open Court.

CARNAP, Rudolf (1963). *The Philosophy of Rudolf Carnap*. Ed. por Paul Arthur Schilpp. The Library of Living Philosophers. Chicago, Illinois: Open Court.

CARNAP, Rudolf (1932). «Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache». *Erkenntnis* 2: pp. 219–241.

CARUS, André W. (2007). *Carnap and twentieth–century thought: Explication as enlightenment*. Cambridge University Press.

FEIGL, Herbert (1943). «Logical empiricism». Em *Readings in Philosophical Analysis*, First Edition. New York: Appleton–Century–Crofts.

HANS HAHN, Otto NEURATH, Rudolf CARNAP (1986). «A Concepção científica do mundo – O Círculo de Viena». *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 10: pp. 5–20.

PERSSON, Ulf (2017). «Review: Der Wiener Kreis». Disponível em: http://www.math.chalmers.se/~ulfp/Review/WienerK.pdf.

RICHARDSON, Alan (2007). «"That Sort of Everyday Image of Logical Positivism": Thomas Kuhn and the Decline of Logical Empiricist Philosophy of Science». Em *The Cambridge Companion to Logical Empiricism*, 346–370. Cambridge: Cambridge University Press.

SCHLICK, Moritz, Rudolf CARNAP e Karl POPPER (1975). *Coletânea de textos / Moritz Schlick, Rudolf Carnap*. São Paulo: Abril Cultural.

NOTES ON CONTRIBUTOR

GILSON OLEGARIO DA SILVA atualmente é doutorando (CPhil) pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Brasil. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM–2011) e mestrado pelo Programa de Pós–Graduação em Filosofia na mesma instituição com a dissertação: «Sobre Estruturas Linguísticas e Paradigmas: as releituras recentes de Carnap e Kuhn». Seus principais interesses concentram–se em Ontologia, Metametafísica, História da Filosofia da Ciência, Positivismo Lógico, especialmente as obras de Rudolf Carnap.

CONTACT INFORMATION

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Rua Cora Coralina 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo. CEP 13083-896, Campinas, São Paulo, Brasil. e-mail (✉): gilsonolegario@gmail.com · iD: https://orcid.org/0000-0003-4810-2893.

HOW TO CITE THIS ARTICLE

Olegario da Silva, Gilson (2019). «Breve análise e tradução de "Die Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache" de Rudolf Carnap». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 8, no. 11: pp. 1–33.